



# PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

<p align="center"><b>Edital de Credenciamento nº 003/2026</b> <b>Processo Administrativo de Licitação nº 005/2026</b></p>
---

## **O RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO OCORRERÁ A PARTIR DE:**

**Data:** 15/01/2026.

**Horário para Abertura:** 08:00 Horas.

**Prazo de vigência do edital:** Chamamento Público de caráter permanente.

**Prazo para Análise da Documentação:** até 5 (cinco) dias úteis.

**Local de entrega da documentação:** Através do e-mail [licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br](mailto:licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br) ou no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal, situada a Praça Dona Filomena, nº 02, Bairro Centro, CEP: 38.720-000, Lagoa Formosa/MG.

### **PREÂMBULO**

O Município de Lagoa Formosa/MG, devidamente inscrito no CNPJ 18.602.078/0001-41, torna público a todos os interessados que realizará processo de **CREDENCIAMENTO PERMANENTE**, nos termos do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 741/2023. Este edital permanecerá aberto para o cadastramento de novos interessados por tempo indeterminado, enquanto perdurar a necessidade da Administração para o objeto descrito, garantindo-se a igualdade de condições para o ingresso de novos prestadores a qualquer tempo.

### **1. Objeto**

**1.1. Credenciamento visando a Contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de pintura, destinados ao atendimento contínuo e sob demanda das unidades escolares da rede municipal de ensino de Lagoa Formosa/MG.**

**1.2.** O processo será realizado em **ITENS**, conforme descrito na tabela constante do termo de referência.

**1.3.** Qualquer divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as constantes deste edital, do termo de referência ou dos demais anexos, prevalecerão as últimas.

**1.4** O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 74, IV, 79, II da Lei Federal nº 14.133/21.

**1.5** O presente edital de credenciamento ficará permanentemente aberto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município, permitindo que novos interessados solicitem seu credenciamento a qualquer momento, desde que preencham os requisitos de habilitação.

### **2. Participação no processo**

**2.1.** Poderão participar deste **CREDENCIAMENTO** as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares:

- a).** Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b).** Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

#### **2.1.1. São condições para credenciamento dos profissionais:**

- a).** Apresentar toda documentação exigida no **Termo de Referência – Anexo I, Item 8;**
- b).** Estiver regular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.
- c).** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO**, onde qualquer interessado que atenda as especificações do edital poderá prestar os serviços objeto do presente Termo de Referência.

**2.2.** Não será permitida a participação direta ou indiretamente no presente Credenciamento das empresas interessadas:



## PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

- a). Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c). Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d). Que estejam sob decretação de falência, em processo de dissolução ou em liquidação;
- e). Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;
- f) Possuam incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, conforme estabelece o entendimento, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o nepotismo, considerando-se inseridos no conceito de incompatibilidade o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade contratante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento.

**2.3** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

**2.4** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais.

**2.5** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

### **3. Apresentação dos documentos de habilitação / Credenciamento**

**3.1.** Os licitantes encaminharão toda a documentação necessária para credenciamento especificada no **Anexo I – Termo de Referência, Item 8**, a partir da data estipulada, via e-mail: **licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br** ou através de protocolo no **Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal**, situada a Praça Dona Filomena, nº 02, Bairro Centro, CEP: 38.720/000, Lagoa Formosa/MG.

**3.1.1.** No momento da solicitação, o interessado deverá especificar quais itens deseja credenciar.

**3.2.** A falsidade na prestação de informações e juntada de documentação sujeitará o participante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**3.3.** Os documentos serão analisados pelos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de entrega e/ou envio dos documentos.

**3.4.** Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não atenderem às condições previstas neste Edital e aqueles que apresentarem documentação incompleta.

**3.4.1** Aqueles interessados que foram considerados inabilitados por apresentarem documentação incompleta, poderão, durante a vigência deste Credenciamento, sanar suas irregularidades e solicitar sua inclusão novamente não rol de credenciados.

**3.5** A Ata referente a cada credenciamento, bem como a lista dos credenciados atualizadas, serão divulgadas no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e também no Portal da Transparência do Município.

**3.6.** A distribuição da demanda entre as empresas credenciadas será realizada de forma rotativa (rodízio), visando assegurar a igualdade de oportunidades e a impessoalidade, iniciando-se pela empresa que primeiro obteve o credenciamento e seguindo a ordem cronológica de habilitação.

**3.6.1.** A recusa injustificada em atender a demanda no prazo estipulado, fora das hipóteses de lotação comprovada, sujeitará o credenciado às sanções previstas neste Edital e poderá ensejar o descredenciamento.

**3.7.** A lista atualizada de credenciados, indicando a ordem de rodízio e o histórico de atendimentos realizados por cada clínica, será mantida de forma transparente no sítio eletrônico oficial do Município e no PNCP.

### **4. Recursos**

**4.1.** Dos atos da Administração decorrentes deste Credenciamento caberão recursos e pedidos de reconsideração, conforme os prazos e condições estabelecidos nos Artigos 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** No caso de decisões relativas à habilitação ou inabilitação (conforme item 3.3 e 3.4 deste Edital), o licitante que desejar recorrer deverá manifestar sua intenção de forma imediata, sob pena de preclusão.



**4.2.1.** A manifestação da intenção de recorrer deverá ser registrada em ata ou enviada por e-mail (licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br) imediatamente após a ciência da decisão que considerou a empresa habilitada ou inabilitada.

**4.2.2.** Uma vez manifestada a intenção, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões recursais, contados da data da intimação ou da lavratura da ata.

**4.3.** Os demais licitantes serão intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis, contado da intimação ou divulgação da interposição do recurso.

**4.4.** A ausência de manifestação imediata quanto ao resultado da habilitação importará na decadência do direito de recurso, sendo o processo encaminhado para homologação ou para o próximo credenciado na ordem de protocolo.

## **5. Infrações administrativas e sanções**

**5.1.** O participante que, nos termos do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, cometer infrações estará sujeito às penalidades previstas.

**5.2.** Com fulcro nos artigos 156 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**5.3.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **6. Impugnação ao Edital e pedido de esclarecimento**

**6.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**6.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitada ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**6.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados preferencialmente por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br.

**6.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, e a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, que deve ser motivada pela Administração nos autos do processo.

**6.5.** Acolhida a impugnação que implique alteração no edital, a Administração promoverá a respectiva retificação e republicação do ato convocatório no PNCP, com a reabertura dos prazos inicialmente previstos, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **7. Da fiscalização e gestão contratual**

**7.1.** Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal (Decreto nº 737/2023) e conforme Termo de Referência.

## **8. Da execução do objeto**

**8.1.** A forma de execução do objeto encontra-se regulada no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **9. Das condições de pagamento**

**9.1.** As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **10. Do contrato**

**10.1** O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio da minuta do contrato para prover sua assinatura.

**10.2** A duração da vigência será de 12 meses, podendo a critério da administração ser prorrogado obedecendo os artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

**10.3** A contratação decorrente deste credenciamento será realizada de forma eventual e conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, não caracterizando, em hipótese alguma, a obrigatoriedade de contratação contínua ou de quantitativo mínimo por parte da Administração Pública.

**10.4.** Fica vedada a subcontratação.



## **11. Da anulação, da revogação e do descredenciamento**

**11.1** O Edital de Credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

**11.2.** Na hipótese de anulação do Edital de Credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.3** A revogação do Edital de Credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

**11.4. Será** realizado o descredenciamento quando houver:

**11.4.1** Pedido formalizado pelo credenciado, a qualquer tempo;

**11.4.2** Perda das condições de habilitação do credenciado;

**11.4.3** Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

**11.4.4** Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

**11.5.** O pedido de descredenciamento de que trata o item **11.4.1** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

**11.6.** Nas hipóteses previstas nos subitens **11.4.2 e 11.4.3**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

**11.7.** Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

## **12. Disposições gerais**

**12.1** A publicidade deste Edital e de seus anexos será realizada mediante a divulgação do seu inteiro teor no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município.

**12.2. Sem** prejuízo da divulgação no PNCP e no sítio eletrônico oficial, a Administração promoverá a publicação do extrato deste Edital no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação regional ou estadual, em estrita observância ao art. 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, como condição para a eficácia e ampla publicidade do certame.

**12.3** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.4** O Edital e seus anexos e demais documentos da fase de planejamento estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site [lagoaformosa.mg.gov.br/editais/](http://lagoaformosa.mg.gov.br/editais/).

**12.5** Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como no site da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa.

**12.6** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/2021.

## **13. Dos anexos que integram o Edital**

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Declaração Conjunta;

Anexo III – Declaração de Enquadramento em ME/EPP/Equiparada;

Anexo IV – Requerimento de Credenciamento;

Anexo IV – Minuta do Contrato.

Lagoa Formosa, 13 de janeiro de 2026.

---

José Wilson Amorim  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento nº 003/2026

Processo Licitatório nº 005/2026

Secretaria Municipal de Educação

### TERMO DE REFERÊNCIA

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

**1. OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de pintura, destinados ao atendimento contínuo e sob demanda das unidades escolares da rede municipal de ensino de Lagoa Formosa/MG.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÃO, VALOR E VIGÊNCIA:

**2.1.** Os serviços têm suas especificações, unidades e valores unitários máximos no escopo da tabela abaixo, conforme pesquisa de mercado.

**2.2.** Declara-se que os serviços possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

**2.3.** A duração da vigência será: 12(doze) meses da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/21.

Item	Unidade	Descrição	Qtd	Valor Médio	Valor Total
01	Horas	Prestação de serviços de pintor por hora trabalhada;	3650	R\$ 30,27	110.485,50
02	Horas	Prestação de serviços de auxiliar/ajudante pintor por hora trabalhada;	3650	R\$ 24,93	90.994,50

#### 2. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

A presente contratação se justifica pela necessidade contínua de manutenção, conservação e recuperação dos prédios públicos municipais, especialmente unidades escolares, creches, postos de saúde, prédios administrativos, espaços culturais e esportivos, os quais demandam, de forma recorrente, serviços de pintura, correção de superfícies, proteção de fachadas e manutenção visual e estrutural.

O Município não dispõe, em seu quadro permanente, de equipe técnica, mão de obra ou equipamentos suficientes para executar tais serviços com a agilidade, qualidade e regularidade exigidas, sendo necessária a contratação de empresas especializadas.

Considerando a natureza contínua, fragmentada e variável da demanda, bem como a inviabilidade de prever quantitativos fixos ou de selecionar apenas um prestador, a solução mais vantajosa é a contratação por credenciamento, que permite múltiplos fornecedores, atendimento rápido, economicidade e pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

#### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**4.1.** A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Educação ou setor responsável.

**4.2.** Os serviços compreenderão a execução de pintura predial interna e externa, pintura de pisos e pintura de ferragens e estruturas metálicas, abrangendo as atividades de preparação das superfícies, tais como limpeza, lixamento, emassamento, proteção de áreas adjacentes e demais procedimentos técnicos necessários à adequada execução do serviço.

**4.3.** A contratação será restrita ao fornecimento de mão de obra especializada, cabendo à Administração Municipal o fornecimento dos materiais de consumo, tais como tintas e insumos correlatos. As ferramentas, equipamentos e meios auxiliares necessários à execução dos serviços, inclusive andaimes, quando necessários, serão de responsabilidade da empresa contratada, sem ônus adicional à Administração.

**4.4.** Os serviços deverão ser executados nos imóveis integrantes da rede municipal de ensino, localizados no território do Município de Lagoa Formosa/MG, incluindo escolas de educação infantil, escolas de





ensino fundamental, quadras esportivas escolares, áreas administrativas e demais espaços vinculados às unidades educacionais, conforme indicação expressa na Ordem de Serviço.

**4.5.** O prazo para início da execução dos serviços será definido na Ordem de Serviço, observado o limite máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação, salvo situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração.

**4.6.** A execução dos serviços deverá ocorrer em horários previamente acordados com a unidade escolar, de modo a não comprometer o funcionamento das atividades pedagógicas, podendo ser realizada, quando necessário, fora do horário regular de aulas.

**4.7.** A medição dos serviços será realizada com base na quantidade de horas efetivamente trabalhadas, devidamente registradas em controle próprio, acompanhado de relatório de execução e, quando solicitado, registro fotográfico, devendo a medição ser atestada pelo fiscal do contrato.

**4.8.** Considerar-se-á como concluído o serviço quando este estiver executado em conformidade com as especificações técnicas, atendendo às condições de qualidade exigidas, sem prejuízo da obrigação de correção de eventuais falhas apontadas pela fiscalização.

## **5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **5.1 Recebimento do Objeto**

**5.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ao final de cada Ordem de Serviço ou período de medição, mediante verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, especialmente quanto à qualidade da execução, conformidade com as especificações e comprovação das horas efetivamente trabalhadas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da documentação de medição pela contratada.

**5.1.2** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**5.1.3** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.1.4** Os serviços serão recebidos definitivamente pelo fiscal do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade da execução, da quantidade de horas efetivamente trabalhadas e do atendimento às especificações técnicas estabelecidas, mediante atesto formal, consubstanciado em termo ou registro próprio no processo administrativo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.5** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

### **5.2. Liquidação**

**5.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

### **5.3. Prazo de pagamento**

**5.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

**5.3.2.** Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

### **5.4. Forma de pagamento**

**5.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

## **6. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1.** A fiscalização da presente contratação será exercida por um representante da administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração:

- **Representantes: Secretaria Municipal de Educação: Secretaria de Educação (ILMA APARECIDA MARQUES) - (Coordenador de setor/Engenheiro Civil) (Caio Pinheiro Magalhaes).**



**6.2.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

**6.3.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**7.1** O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de serviços especializados, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para a prestação de serviços de pintura predial interna e externa, pintura de pisos e pintura de ferragens e estruturas metálicas, a serem executados nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Lagoa Formosa/MG, sob demanda, mediante fornecimento exclusivo de mão de obra, ficando o fornecimento dos materiais sob responsabilidade da Administração Municipal.

**7.2** Para a contratação em tela, foram analisadas contratações semelhantes em municípios com características populacionais e territoriais semelhantes, consultas a empresas locais e regionais que prestam tais serviços e análise de contratações anteriores disponíveis em portais da transparência e sistemas oficiais com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

**7.4** A partir da análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, verificou-se como mais vantajosa a contratação de empresas especializadas para a prestação dos serviços necessários, em razão da economicidade, da flexibilidade operacional e da inexistência de mão de obra própria suficiente para atendimento da demanda.

**7.5** Diante dessa temática, a solução a ser adotada neste Órgão é aderente às encontradas, qual seja, contratação, por procedimento de chamamento público para credenciamento.

**7.6** Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**7.7** Esse procedimento auxiliar é adotado quando se constata, na fase de planejamento da contratação, que a abordagem mais vantajosa para a administração consiste em permitir que uma gama de fornecedores se qualifique para fornecer os bens ou serviços desejados, em virtude da inviabilidade ou ineficácia de selecionar um único fornecedor por meio de disputa, de modo a atender adequadamente ao interesse público. Vejamos:

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: Regulamento

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.”

**7.8.** Nesse sentido, deve cada órgão regulamentar a utilização do credenciamento, sendo claro que sua utilização ocorrerá:

**a)** sempre que a solução da necessidade pública demande a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados;

**b)** nos casos de seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do bem ou serviço está a cargo do beneficiário da prestação, cabendo ao Poder Público apenas credenciar os interessados que atendam aos requisitos previamente fixados; e, por fim,

**c)** nos casos de contratação de bens ou serviços negociados em mercados fluidos, nos quais a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação, sendo mais vantajoso credenciar previamente os interessados.



**7.9** Tal fato, especificamente, justifica a deflagração do presente processo de credenciamento, onde se convoca todos os interessados que cumpram os requisitos impostos em Edital para servirem à Administração Municipal no âmbito de sua profissão.

**7.10** Isto porque, não existe no quadro desta Administração, servidores ou pessoas com atribuições compatíveis com as pretendidas neste procedimento administrativo e nem os equipamentos necessários para prestação de tais serviços.

**7.11** Ressalta-se, ainda, que através do credenciamento, a Administração pode convocar aqueles que preencherem os requisitos para contratação, conforme as necessidades a serem atendidas.

**7.12** Convém ressaltar que a Administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada pelos Órgãos de Controle, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos federais, a fim de obter contratações mais seguras e eficientes para cada caso concreto.

**7.13** Assim, optou-se pela realização de credenciamento, procedimento que possibilita à Administração Pública contratar múltiplos prestadores de forma não excludente, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando maior flexibilidade, economicidade, celeridade e atendimento contínuo às demandas emergenciais e rotineiras de manutenção das estruturas viárias municipais.

**7.4** A adoção do credenciamento permite, ainda, valorizar as empresas locais e otimizar os recursos públicos, visto que o Município pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados, mediante demanda e comprovação, sem vínculo contratual exclusivo com apenas um fornecedor.

## **8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

### **8.1. Da habilitação jurídica**

#### **a) Ato Constitutivo:**

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social e/ou alterações em vigor**, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido

### **8.2. Da habilitação e/ou qualificação técnica**

#### **a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

#### **b) Comprovação que a empresa possui atividade compatível com o objeto contratado**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **8.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

#### **a) Prova de Inscrição no CNPJ.**

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

#### **b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.**

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- g) Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

#### **8.4. Da Habilitação Econômico-Financeira**

- d) **Certidão negativa de falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

#### **8.5. Deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:**

- A) **Declaração Conjunta;**
- B) **Declaração de Me/EPP;**
- C) **Requerimento de Credenciamento;**

#### **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e funcionais, visando à adequação dos produtos às suas respectivas necessidades, segurança dos usuários e conformidade com a legislação vigente:

##### **9.1. Requisitos técnicos, legais e funcionais**

A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar os seguintes requisitos, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança dos usuários e a conformidade com a legislação vigente:

- 9.1.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, com experiência em pintura predial, aplicação de revestimentos, tratamento de superfícies, texturas, grafiato e pintura de pisos.
- 9.1.2. A empresa credenciada deverá disponibilizar mão de obra suficiente, bem como equipamentos, ferramentas e materiais auxiliares necessários à perfeita execução dos serviços, tais como escadas, andaimes, extensores, rolos, pincéis, pistolas, lixas, equipamentos de proteção e dispositivos de segurança.
- 9.1.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relativas à preparação de superfícies, aplicação de tintas, proteção de áreas, controle de resíduos e segurança do trabalho.
- 9.1.4. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho, sendo responsável pelo fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.
- 9.1.5. Os materiais utilizados deverão ser adequados ao tipo de superfície, ao ambiente interno ou externo e às condições de uso do imóvel, garantindo durabilidade, acabamento e resistência compatíveis com edificações públicas.
- 9.1.6. A contratada deverá proteger pisos, esquadrias, mobiliários, equipamentos e demais áreas adjacentes, evitando danos durante a execução dos serviços.
- 9.1.7. Ao final de cada serviço, a contratada deverá realizar a limpeza do local, removendo resíduos, embalagens, respingos de tinta e materiais excedentes.
- 9.1.8. Os serviços deverão ser executados nos prazos definidos em Ordem de Serviço, de forma a não comprometer o funcionamento das unidades públicas.
- 9.1.9. É vedada a subcontratação sem autorização expressa da Administração.



## PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

**9.1.10.** A contratada deverá atender prontamente às solicitações de correção, reparo ou refazimento dos serviços que apresentarem falhas, defeitos ou inconformidades, sem ônus adicional ao Município.

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 201.480,00 (duzentos e um mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

- **Ficha 162 – Fonte 500 – CO 1001**
- **Ficha 462 – Fonte 500 – CO 1001**
- **Recurso Próprio.**

Lagoa Formosa, 06 de janeiro de 2026.

---

**Caio Pinheiro Magalhaes**  
**Coordenador de Setor**

---

**Ilma Aparecida Marques**  
**Secretária Municipal de Educação**



PREFEITURA DE  
**LAGOA FORMOSA**

**ANEXO II – DECLARAÇÃO CONJUNTA**  
**Credenciamento nº 003/2026**  
**Processo Licitatório nº 005/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao **Credenciamento nº 003/2026**, vem, perante Vossas Senhorias, declarar que:

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa credenciamento está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
CPF  
RG



PREFEITURA DE  
**LAGOA FORMOSA**

**ANEXO III – Declaração de Condição de MEI, ME, EPP ou Equiparadas**  
**Credenciamento nº 003/2026**  
**Processo Licitatório nº 005/2026**

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, está enquadrada como \_\_\_\_\_ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
CPF



PREFEITURA DE  
**LAGOA FORMOSA**

**ANEXO IV – Requerimento de Credenciamento**  
**Credenciamento nº 003/2026**  
**Processo Licitatório nº 005/2026**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no  
CNPJ: Nº \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_,  
Estado de \_\_\_\_\_, solicita à Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG,  
o Credenciamento para prestar os seguintes serviços abaixo (marcar com **X** a opção desejada):

Item	Unidade	Descrição	Qtd	Valor Médio	Valor Total
	Horas	Prestação de serviços de pintor por hora trabalhada;	3650	R\$ 30,27	110.485,50
	Horas	Prestação de serviços de auxiliar/ajudante pintor por hora trabalhada;	3650	R\$ 24,93	90.994,50

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
CPF





Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA, Estado de Minas Gerais, CNPJ 18.602.078/0001-41, situada à Praça Dona Filomena, 02 - Centro – Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Wilson Amorim, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, situada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominada CONTRATADA, representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº. xxx.212.xxx-88, em decorrência da Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento nº 00X/2025.

**1.3** - Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital de Licitação e Anexos que compõe o presente processo licitatório, a teor do artigo 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

Item	Descrição	Unid	Valor Unit.
1	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxx	R\$ xxxxx

**3.5** A Administração compromete-se a assegurar tratamento isonômico entre todos os credenciados, conforme previsto no caput do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, garantindo igualdade de condições e oportunidades na prestação dos serviços.

## 14



## PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

**4.1.** O valor da prestação dos serviços é aquele de estabelecido na Cláusula 2.

**4.2.** O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a entrega da nota fiscal no setor competente, fazendo constar das mesmas, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação, preço unitário e preço total do(s) itens(s), devidamente atestadas pelo setor competente da Contratante. O Pagamento será realizado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG, mediante transferência bancária em nome da proponente.

**4.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, verbas trabalhistas, previdenciárias e comerciais incidentes.

**4.4.** Os critérios de medição deverão observar as estipulações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:**

**5.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

**5.2.** Após decorrido o período de um ano, respeitada a vigência contratual, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**5.3.** O cálculo será realizado imediatamente após a divulgação do índice do INPC referente aos 12 (doze) últimos meses e os pagamentos serão compensados.

**5.4.** Caso o índice escolhido pela Administração seja extinto ou não possa ser utilizado, será adotado o índice que vier a ser determinado como substituto na forma da legislação vigente e na ausência de previsão legal, as partes estabelecerão novo índice por intermédio de termo aditivo.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES** (art. 92, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021):

#### **6.1. DA CONTRATADA:**

**6.1.1.** Cumprir fielmente o contrato de modo que o fornecimento dos serviços seja executado nos termos e condições previstos.

**6.1.2.** Atender fielmente as determinações emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar os esclarecimentos por eles solicitados.

**6.1.3.** Responsabilizar-se por danos e vícios na forma como os serviços estão sendo prestados, de acordo com o estabelecido no termo de referência.

**6.1.4.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

**6.1.5.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

**6.1.6.** Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

**6.1.7.** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados, à contratante ou a terceiros.

**6.1.8.** Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente;

**6.1.9.** Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que as prestações dos serviços sejam realizadas com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial;

**6.1.10.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do serviço ora credenciado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

**6.1.11.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto a prestação dos serviços prestados.

**6.1.12.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como demais reservas de cargos previstas em legislação, durante toda a execução do contrato (art. 116, da Lei nº 14.133/2021), fornecendo a competente documentação comprobatória ao Contratante sempre que solicitado.



- 6.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 6.1.14.** Arcar com eventuais ônus decorrentes de equívoco de dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o inicialmente previsto em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, excetuada a hipótese prevista no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

## **6.2. DA CONTRATANTE:**

- 6.2.1.** Exigir do Contratado o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento.
- 6.2.2.** Receber o objeto do contrato conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 6.2.3.** Notificar o contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções, nos serviços credenciados, para que seja efetivada a substituição, reparação ou correção (no todo ou em parte), às expensas do contratado, do objeto.
- 6.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 6.2.5.** Efetuar o pagamento conforme estabelecido no presente instrumento e no Termo de Referência.
- 6.2.6.** Aplicar as sanções previstas em lei e nesse instrumento.
- 6.2.7.** Comunicar a Assessoria Jurídica do Município, por escrito, para adoção das medidas cabíveis quando da verificação do descumprimento do presente contrato.
- 6.2.8.** Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação no prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar do protocolo da solicitação acompanhada da documentação comprobatória.
- 6.2.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao serviço credenciado;
- 6.2.11.** Emitir Autorização de Compras e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 6.2.12.** Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato;
- 6.2.13.** É de responsabilidade da contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO**

- 7.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, nos termos do art. 106, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 do mencionado diploma.
- 7.1.1.** O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio da minuta do contrato para prover sua assinatura.
- 7.2.** Somente será admitida a prorrogação na hipótese da administração pública verificar que as condições e os preços são mais vantajosos, permitida negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para o contratado.
- 7.3.** A prorrogação será admitida mediante a celebração de termo aditivo.
- 7.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, respeitados os contornos da penalidade aplicada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

- 8.1.** Não será admitida a subcontratação conforme estabelece o Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA -DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)**

- 9.1.** Não será exigida garantia contratual

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:
- a** - der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c** - der causa à inexecução total do contrato;
  - d** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e** - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f** - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**h** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

**b - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

**c - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

**d - Multa:**

- Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

- *O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

- Compensatória, para as infrações descritas no subitem 10.1, no percentual de 10% do valor do contrato.

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

**10.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

**10.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

**10.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

**10.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão consideradas as disposições do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) *a natureza e a gravidade da infração cometida;*

b) *as peculiaridades do caso concreto;*

c) *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

d) *os danos que dela provierem para o Contratante;*

e) *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei nº 14.133/2021.

**10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

**10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade conforme estabelece o art. 161, da Lei nº 14.133/2021.





**10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** (art. 92, XIX)

**11.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**11.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**11.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

*a - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

*b - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

*c - Indenizações e multas.*

**11.5.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A Secretaria Municipal de [inserir] através de servidores [inserir], por ela indicados e seus substitutos legais, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação de cada item licitado, na forma estabelecida no Termo de Referência, no edital, anexos, regulamentações técnicas exigidas por lei e órgão competentes.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Fichas XXXXXXX.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do contrato.

**14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

**15.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento e seus eventuais aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura.

**15.2.** O extrato do contrato e de seus termos aditivos deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação, garantindo a transparência, a eficácia e o controle social dos atos administrativos.





**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO:**

**16.1.** Fica vedado o oferecimento e o recebimento de benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, além das demais previsões da Lei federal nº 12.846/2013.

**17. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS NORMAS REFERENTES A LGPD:**

**17.1.** A Contratada autoriza o Contratante a realizar o tratamento dos dados pessoais, representante legal e/ou da empresa, incluindo, aquelas sensíveis, inclusive autorizando-o a compartilhar referidos dados com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para o cumprimento do presente contrato, respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação e necessidade, responsabilizando-se o contratante pela adoção das medidas de segurança.

**17.2.** O Contratante poderá manter e utilizar os dados pessoais do contratado e/ou de seu representante legal durante a vigência do contrato e ainda posteriormente para cumprimento de obrigações legais ou impostas por órgãos de fiscalização.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

**19.2.** E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Lagoa Formosa/MG, XXXX de XXXXXX de 2026.

---

CONTRATANTE

Município de Lagoa Formosa  
Prefeito Municipal

---

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal

**Testemunhas:**

---

Nome completo  
CPF:

---

Nome completo  
CPF: